



“O bedel desempenha bem o lugar”: narrativas sobre trabalhadores da instrução secundária na Parahyba do Norte (1842-1888)

“O bedel desempenha bem o lugar”: narratives about secondary education workers in Parahyba do Norte (1842-1888)

"O bedel desempenha bem o lugar": narrativas sobre trabajadores de la enseñanza secundaria en Parahyba do Norte (1842-1888)

Surya Aaronovich Pombo de Barros
Universidade Federal da Paraíba (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-7109-0264>
<http://lattes.cnpq.br/9315918014562884>
surya.pombo@gmail.com

Vanessa Gonçalves Lira
Universidade Federal da Paraíba (Brasil)
<https://orcid.org/0009-0000-9199-7595>
<http://lattes.cnpq.br/3950199504192674>
vanessaglira09@gmail.com

Resumo

Discute-se a existência de um trabalho realizado no universo escolar secundário no século XIX: o bedel. Trata-se de uma função presente em diferentes espaços como repartições públicas, Igrejas, e especialmente em liceus. A função do bedel era disciplinar estudantes, manter a ordem, auxiliar a direção e os docentes, entre outras. Na primeira parte do texto, investiga-se tais obrigações em diferentes legislações provinciais da região Norte (atual Nordeste), em diálogo com a historiografia da educação brasileira. Na segunda parte, centra-se a discussão na Paraíba, acompanhando a trajetória de três sujeitos que ali exerceram o cargo. Com os aportes da história social da educação, e a orientação da história vista de baixo, destaca-se a importância da historiografia voltar o olhar não apenas a estudantes e professores, mas também sobre outras funções exercidas no mundo do trabalho na educação oitocentista.

Palavras-chave: Bedel; Paraíba; Século XIX; Instrução secundária; Trabalhadores da educação.

Abstract

The article discusses the existence of a job performed in the secondary school universe in the 19th century: the beadle. This is a role present in different spaces such as public offices, churches, and especially in high schools. The beadle's role was to discipline students, maintain order, assist the management and teachers, among others. The first part of the text investigates these obligations in different provincial laws of the North region (currently the Northeast), in dialogue with the historiography of Brazilian education. The second part focuses on Paraíba, following the trajectory of three individuals who held the position there. With the contributions of the social history of education, and the orientation of history seen from below, the importance of historiography in looking not only at students and teachers, but also at other roles performed in the world of work in 19th-century education is highlighted.

Keywords: Beadle; Paraíba; 19th century; Secondary education; Education workers

Resumen

Hablamos de la existencia de un tipo de trabajo realizado en la enseñanza secundaria en el siglo XIX: el bedel. Estaba presente en diferentes espacios como oficinas públicas, iglesias y en las escuelas secundarias. El trabajo del bedel consistía en disciplinar a los alumnos, mantener el orden, ayudar a la dirección y a los profesores. La primera parte del texto investiga estas funciones en diferentes legislaciones provinciales de la región norte de Brasil, en diálogo con la historiografía de la educación brasileña. La segunda parte centra la discusión en Paraíba, siguiendo la trayectoria de tres individuos que ocuparon el cargo allí. Utilizando las contribuciones de la historia social de la educación y la orientación de la historia desde abajo, destacamos la importancia de que la historiografía mire no sólo a los alumnos y profesores, sino también a otras posiciones ocupadas en el mundo del trabajo en la educación del siglo XIX.

Palabras clave: Bedel; Paraíba; Siglo XIX; Enseñanza Secundaria; Trabajadores de la educación

Recebido: 04/06/2024

Aprovado: 17/10/2024

Depois das aulas, subia para o dormitório, aproveitando-me do relaxamento da policia do salão. O inspetor responsável era o Silvino. Receoso de uma represália dos grandes, o prudente bedel deixava andar.

Raul Pompéia

Em *O Ateneu*, de Raul Pompéia (1888), um trabalhador aparece nos relatos sobre o cotidiano da instituição: o bedel. Tal funcionário não era professor ou diretor, funções que costumam ser alvo de análises da historiografia, mas tinha um papel importante na dinâmica do internato. Ele era responsável pela disciplina, castigando internos de conduta reprovável, controlando estudantes, evitando brigas e ações indesejadas e, por vezes, “deixando andar” o mau comportamento, como o personagem Silvino, do trecho acima.

Ainda desconhecido, o bedel é um agente ligado ao universo educacional e sua origem remete à França. No Brasil, tal função existiu desde o período colonial, como registrado no *Ratio Studiorum* (Saviani, 2013), e permaneceu ativa ao longo do século XIX, atuando especialmente no ensino secundário. Apesar disso, o bedel ainda é pouco explorado nas pesquisas em história da educação. Além de uma dissertação sobre a temática (Lira, 2022), ela aparece em alguns poucos trabalhos como o de Silva e Araújo (2013), que discutem a representação do bedel em cartas publicadas na imprensa ou em trabalhos sobre disciplina, inspeção e mecanismos de controle escolar (Zanoti, 2017; Rennó, 2009). Porém, sua existência como um tipo de trabalhador especializado, que mostra as variadas possibilidades de compreensão do processo de escolarização da sociedade brasileira no século XIX, ainda é um tema a ser debatido.

Na Paraíba¹, província da região Norte (atual Nordeste) no século XIX, uma série de sujeitos ocuparam essa função disciplinar e auxiliar no Liceu Paraibano e, posteriormente, na Escola Normal. Menções a eles podem ser encontradas na imprensa, na legislação educacional e na documentação relativa à instrução secundária. Este artigo tem como objetivo analisar atuação e trajetórias de bedéis na instrução pública secundária, inserindo esse trabalhador na história social da educação.

Partimos da hipótese de que a função de bedel trazia visibilidade para seu ocupante, permitindo que ele compusesse redes de sociabilidade na província e alcançasse diferentes possibilidades de inserção laboral e social. Nossa análise se baseia na legislação educacional; em relatórios de presidentes de província e diretores da instrução pública e documentos diversos da instrução pública; e na imprensa. Embora essas fontes sejam oficiais, produzidas por setores dominantes, nossa opção foi analisá-las pelo viés dos “de baixo” (Thompson, 2012). Esses documentos de naturezas diversas, lidos a contrapelo e analisados conjuntamente, possibilitam acompanhar esses trabalhadores na sociedade imperial, destacando sua contribuição para a educação secundária e, também, como tal cargo possibilitou mudanças em suas vidas.

A partir da perspectiva da história vista de baixo de Thompson e de suas contribuições para a história social (Thompson, 1981, 1987) e do diálogo com a historiografia da educação brasileira, pretendemos discutir a importância da função bedelina e apresentar trajetórias de três bedéis que atuaram ao longo do século XIX na região. Para isso, além da busca pelo termo *bedel*, utilizamos o “fio do nome” (Ginzburg, 1989) para encontrar as referências a esses sujeitos nas fontes consultadas.

¹ Durante o século XIX, a província se denominava Parahyba do Norte. Utilizaremos essa denominação ao tratar de citações e Paraíba no texto livre.

Este artigo se divide em duas partes. Na primeira, discutiremos sobre o cargo de bedel, mostrando sua existência em diferentes províncias a partir da historiografia da educação. Na seguinte, dividida em três subtópicos, analisaremos trajetórias de sujeitos que ocuparam o cargo de bedel na Paraíba. Com isso, discutiremos semelhanças no que se esperava de sua atuação e diferenças em função das inúmeras possibilidades de ser trabalhador da instrução imperial brasileira.

O bedel e o Ensino Secundário no Brasil Imperial

Entre 1825 e 1879 foram criados 23 liceus em diferentes províncias brasileiras (Ferronato, 2012). Grande parte das pesquisas em história da educação dos sujeitos no período imperial se concentra na análise de docentes e estudantes, mas essas instituições contavam com empregados distribuídos em vários setores, como direção, secretaria, docência, inspetoria e fiscalização dos alunos, portaria e limpeza. Ainda que por vezes o mesmo sujeito fosse responsável por mais de uma dessas obrigações, essa miríade de funções pode ser vista na legislação sobre liceus e em textos da imprensa que repercutiam episódios sobre instituições escolares. Neste tópico, dialogando com pesquisas em história da educação, nos concentramos nos exemplos de províncias da então Região Norte, a fim de compreender no que se configurava o cargo de bedel no período.

Em Pernambuco, província vizinha à Paraíba, a criação do Liceu remete a 1825. A lei indicava diferentes funções a serem exercidas naquele espaço: diretor, secretário, professores, porteiro e bedel. Sobre esses últimos, decretava: “como o Liceo da Cidade do Recife, sendo elevado a quinhentos mil reis o ordenado do professor de Desenho; a duzentos mil reis do porteiro com exercício de bedel [...]” (*Diário de Pernambuco*, 22/06/1836, Lei n. 24 de setembro de 1825, grifos nossos). Essa legislação determinava, portanto, que o serviço de vigilância do comportamento dos alunos competia ao bedel, que deveria acumular a função com a de porteiro, com remuneração única.

Em 1834, foi criado o Ateneu do Rio Grande do Norte. A lei que regulava sua organização, de março de 1835, determinava que o bedel deveria controlar a indisciplina e acompanhar a frequência dos estudantes, além de estar à disposição da direção da escola para o que fosse solicitado. Em 1836, foram criados os Liceus da Bahia e o paraibano (Ferronato, 2012; Miranda, 2017). Nas leis e regulamentos dessas instituições, havia previsão de empregados com a função de supervisionar o comportamento estudantil. No entanto, em cada lugar a função recebia um nome diferente. O Estatuto da instituição baiana, de 1841, trazia semelhanças quanto às obrigações referentes ao controle disciplinar dos alunos e auxílio à direção e professores, de modo semelhante à legislação norte-rio-grandense. Porém a nomenclatura do cargo era porteiro e ajudante. O Estatuto do Liceu Paraibano, de 1837, o nomeava bedel e definia suas atribuições: “o bedel tem a obrigação de fazer com que durante os exercícios do Lyceo haja o absoluto silencio nos corredores, não consentindo que pessoa alguma perturbe e interrompa os trabalhos” (Parahyba do Norte, *Estatuto do Lyceo*, 1837, art. 50). Ou seja, na Paraíba o bedel tinha atribuições semelhantes às das demais províncias.

No Liceu do Maranhão, criado em 1838, a situação era similar em relação ao papel disciplinar e à nomeação do cargo. Seu estatuto determinava ao porteiro, dentre outras designações: “Durante qualquer exercício do Lyceo o Porteiro he obrigado a achasse presente, e terá o cuidado de fazer reinar o mais profundo silencio nos Corredores, não consentido que pessoa alguma perturbe, interrompa os trabalhos” (*Estatuto do Lyceu do Maranhão*, 1838 *apud* Ribeiro, 2006, p.133).

O Estatuto maranhense alude ao silêncio exigido durante as aulas e cabia ao porteiro primar pela ordem e agir conforme as regras. Suas obrigações eram especificadas em quatro artigos do referido documento. Além do controle em relação aos estudantes, o porteiro tinha

como atribuições: conservação da limpeza das salas de aula, abrir e fechar as portas das aulas nos horários previstos, asseio dos móveis e demais necessidades de limpeza do ambiente de ensino. Um relatório presidencial maranhense de 1870 pontuava a necessidade de contratação de outros empregados: “reclama o inspetor a criação do lugar de continuo que faça as vezes de servente e correio, para assim auxiliar o porteiro que actualmente accumulla funções do seo emprego com as de bedel, servente e correio” (*Relatório do Vice-Presidente de Província do Maranhão*, 1870, p. 16, grifos nossos). O relato presidencial sinalizava a necessidade de um ajudante de bedel para auxiliar nas obrigações externas, talvez acumuladas pelo mesmo sujeito.

O Liceu do Ceará, fundado em 1844, nomeou o cargo como bedel a partir de 1857: “Crea no Lycêo dois lugares, um de amanuense e outro de bedel, que servirá também de archivista” (Ceará, *Resolução nº 818*, 1857, *apud* Vieira, Farias, 2006, p. 26). Ou seja, o bedel deveria executar concomitantemente o papel de controlador da disciplina e de arquivista. No Ceará, “o presidente nomeava professores, diretor, vice e bedel e organizava um estatuto escolar” (Oliveira, 2007, p. 29). Os últimos compartilhavam a organização e fiscalização dos alunos.

Em Sergipe, os cargos de bedel e porteiro também eram apresentados como funções diferentes, mas executados por um único sujeito. O relatório provincial de 1872, ao tratar sobre a instrução pública secundária na província, criada em 1847, mencionava o “bedel e porteiro do Atheneu” (Sergipe, *Relatório do Presidente de Província*, 1872, p. S1-46).

O Liceu de Alagoas, criado em 1849, se assemelhava ao sergipano. Ali, o serviço disciplinador dos alunos era desenvolvido pelo porteiro: “A Lei que criou o Lyceu, cogitando logo da constituição de sua parte administrativa, estabeleceu no art. 6º que o estabelecimento teria um Diretor, um Secretário e um Contínuo servindo de Porteiro, nomeados pelo Governo” (Duarte, 1961, p. 202). Na província alagoana, o nome bedel apareceu na lista de voluntários da pátria e foi usado como sobrenome do delegado da assembleia “José Bedel da Silva Leite” (Alagoas, *Falla dirigida á Assembleia Provincial*, 1865, p. 7). Conjecturamos que receber no sobrenome o título de “bedel” pode ter significado alguma distinção para esse sujeito. É importante destacar que o bedel não era encontrado apenas em escolas, mas também em outros ambientes como secretarias de repartições públicas e igrejas (Lira, 2022). Na esfera religiosa, por exemplo, na província de Pernambuco, encontramos uma menção ao “bedel e subdiácono: José Raymundo Baptista no seminário de Olinda” (*Almanak de Pernambuco*, 1859, p. 250). Em 1860, o religioso constava como padre e professor de latim no mesmo local, onde exercia o serviço de bedel (*Almanak de Pernambuco*, 1860 p. 331). O *Almanak de 1869*, em Pernambuco, registrava a presença de um bedel na secretaria da Faculdade de Direito e no Ginásio Provincial. Na sessão Ginásio Provincial apareceu o “bedel Hemernegildo Marcellino de Miranda” (*Almanak de Pernambuco*, 1869, p. 43). Na sessão “Faculdade de Direito”, o documento, ao descrever os empregados da casa, trazia: “bedel, Manuel Bruno Alves Couto” (*Almanak de Pernambuco*, 1869, p. 51).

A existência do bedel como cargo, função ou distinção, exemplificada a partir de exemplos sobre diferentes províncias nortistas e em diferentes períodos, reforça a importância de olhar mais de perto tais sujeitos. No próximo tópico, esmiuçaremos essa existência aproximando nosso olhar para a Paraíba.

O bedel na Parahyba do Norte

Como destacamos acima, o ensino secundário brasileiro apresenta semelhanças quanto à criação de cargos e funções. Em relação aos bedéis, leis e regulamentos demonstram a polissemia na nomeação para essa função e diferentes obrigações atribuídas aos sujeitos que a ocupavam durante o período imperial. Em solo paraibano, também constatamos a presença de bedéis no Liceu e de um bedel na Escola Normal (Araújo, 2010).

Como em outras regiões, a função de controle era peça fundamental no cotidiano de instituições escolares, como no Liceu. O mesmo sujeito que atendia por bedel, com a responsabilidade de garantir a disciplina, tinha também outras atribuições. A lei que criou o Liceu Paraibano, em 1836, determinava: “O porteiro de que trata o mesmo artigo e que servirá igualmente de Bedel, e Bibliotecário, será nomeado pelo Presidente da Província, sob proposta do Diretor do Lyceu, e perceberá o ordenado de trezentos mil réis”. E acrescentava: ele devia “cuidar do asseio e limpeza da casa e fazer no sino sinal para a entrada e saída das aulas” (Parahyba do Norte, Lei n. 11 de 24 de março 1836). Posteriormente, suas atribuições seriam detalhadas:

Ao Bedel compete: Abrir e fechar o Lyceu. Cuidar do asseio e limpeza da casa. Fazer no sino sinal para a entrada e saída das aulas. Avisar ao diretor todas as vezes que os professores faltarem e entregar-lhe no fim do mês a lista de faltas dos mesmos – professor e dos estudantes. Advertir os estudantes que transgredirem as disposições do art. 59, ou perturbarem a ordem do silêncio do Liceu, dando parte ao diretor, se eles se não coibirem (Parahyba do Norte, Lei n.º 7, de 04 de junho de 1846, grifos nossos).

Ou seja, o bedel tinha como atribuições a limpeza, o controle comportamental dos estudantes e a frequência de alunos e professores. Diversos homens foram nomeados como bedel ao longo do século XIX na Paraíba, desenvolvendo de diferentes maneiras seu cargo. Pelos jornais oitocentistas, encontramos os sujeitos que desenvolveram as funções bedelinas. Entre eles, destacamos três, a fim de analisar suas trajetórias: Laurindo Peregrino de Mello, Gervázio Victor da Natividade e Joaquim Pavão de Vasconcellos. Sua atuação foi parte do desenvolvimento do ensino secundário nesse período em que o Brasil passava pelo processo de formação enquanto nação. Eles protagonizaram diferentes espaços sociais, desenvolvendo atividades variadas em paralelo ao trabalho como bedel e suas trajetórias ajudam a compreender o mundo do trabalho no universo letrado paraibano. A implosão da ideia de passividade da classe trabalhadora, marca da história *vista de baixo* na acepção de E. P. Thompson (2012) contribui também para a mudança na interpretação sobre a ação de outros sujeitos que não os oriundos das camadas dominantes, como foram esses sujeitos.

Gervázio Victor da Natividade: bedel, tenente e jornalista (1842-1861)

Gervázio Victor da Natividade não foi o primeiro a exercer a função de bedel no Liceu Paraibano. Antes dele, José Gomes Pessoa ocupara o cargo na instituição de 1837 até o ano de 1841. Porém escolhemos falar de Natividade por sua versatilidade social para além desse lugar profissional. Sua longevidade na função provavelmente ajuda a explicar a existência de tantas menções a seu nome nas fontes.

Como vimos, a lei que criou o Liceu, de 1836, mencionava o cargo de bedel associado a porteiro e a bibliotecário. A partir de 1841, Natividade passou a aparecer nos mapas de empregados do Liceu, sendo registrado como porteiro até 1849. Em alguns documentos, era chamado de bedel. Em 1845, uma portaria determinava: “Mande pagar ao porteiro do Lyceu desta cidade Gervázio Victor da Natividade quatrocentos mil novecentos e oito reis das despesas o fez no Liceu o anno findo” (Arquivo Público da Paraíba, *Portaria*, 1845, manuscrito). Vale lembrar que o ordenado de porteiro/bedel seria de 300 mil reis, segundo a Resolução de 1846, que tratou do ensino secundário. Já em 1858, houve mudanças. A tabela de vencimentos informava: “Bedel, porteiro e contínuo tiveram ordenado de 600\$ e 100\$ de gratificação (Parahyba do Norte, Lei nº 9, 29 de outubro de 1858).

Em 1849, encontramos o sujeito em uma notícia policial, envolvido em uma situação provocada pelas eleições, sendo mencionado com o título de tenente:

Sendo também prisioneiro: o tenente Gervazio Victor da Natividade que esteve em Goyanna poucos dias, e de lá veio com licença em princípios de Dezembro e não voltou mais. Forão esses os oficiais daqui que marcharão para Pedras de Fogo, e deste ponto para Goyanna e coadjuvaram ali as autoridades na manutenção da ordem publica e engrossarem as forças legaes naquela provincia contra perturbadores, que tratavão com o maior furor de submergi-la no pélagos na anarquia. (Parahyba do Norte, *Relatório do Presidente de Província*, 1849, p. 5).

No mesmo ano e nos seguintes, os vencimentos de Natividade apareciam no relatório do presidente da província. De acordo com o mapa de empregados do Liceu anexado ao relatório do diretor da instrução pública de 1852, Natividade exercia o cargo de bedel. Em 1861, era elogiado: “o bedel do Lyceo desempenha bem as suas obrigações” (Parahyba do Norte, *Relatório do Director da Instrução Pública*, 1861, p. 9). Nesse mesmo ano, ele teria pedido exoneração do cargo. Não sabemos a motivação para tal decisão, somente que na portaria outro sujeito era nomeado para ocupar aquela função:

Por portaria de 26 de Junho foi exonerado, a seu pedido, do cargo de bedel, Gervazio Victor da Natividade. Sucedeu-lhe João Licinio Vellozo, que também pediu e obteve exoneração, sendo esse lugar actualmente servido por Laurindo Peregrino de Mello nomeado por portaria 7 de dezembro no ano passado (*A Regeneração*, 28/06/1861, p.2).

Uma possível explicação para o pedido é que ele exercia outro cargo público. No mesmo ano, ele constava como secretário oficial do governo (*A Regeneração*, 1861). Ou seja, ele acumulava a atuação de bedel com outros cargos. Além do título de tenente, ao longo do exercício como porteiro/bedel, Natividade atuava como redator de jornais impressos na tipografia de José Rodrigues da Costa, como *O Governista Parahybano* (1850 a 1854) e *O Parahybano* (1855). Além disso, publicava na imprensa de outra província, no *Diário de Pernambuco*, sendo mencionado como jornalista em cerca de 55 edições dessa folha entre 1854 e 1855.

Quanto à sua relação com o proprietário da tipografia, ele e José Rodrigues da Costa eram próximos. Peixoto (2017) afirma que, além de ter feito impressões de jornais na tipografia de José Rodrigues da Costa, eles passaram a fazer parte da Irmandade da Misericórdia no mesmo dia. A autora afirma:

Acredito que, possivelmente, os laços estabelecidos entre o tipógrafo e o funcionário público perpassaram a barreira profissional, já que além de Gervazio Victor da Natividade ter utilizado a tipografia para imprimir seus jornais, este também adentrara a outro espaço de sociabilidade, a Irmandade da Misericórdia, no mesmo dia em que José Rodrigues da Costa também se tonara membro (Peixoto, 2017, p.111).

Gervazio Victor da Natividade vivenciou experiências profissionais e sociais distintas. Entre as décadas de 1850 e 1860, ele organizou conteúdos jornalísticos e a impressão dos relatórios apresentados à Assembleia Legislativa, assim como as exposições de presidentes e vice-presidentes de província (1854-1855). Nesse último ano, ele tanto esteve no cargo de

secretário do governo como no de bedel, como mostra o Mapa de empregados do Liceu (Parahyba do Norte, *Relatório do Vice-Presidente de Província*, 1855). Seu nome continuou aparecendo nesses documentos até 1861, confirmando sua presença na administração pública como homem letrado com acesso à elite política e intelectual da província. A sociedade oitocentista e as múltiplas experiências possíveis estavam organizadas em uma ordem hierárquica. Essa ordem organizava, sujeitava, definia limites, mas não determinava inteiramente as ações de sujeitos que eram “seres sociais”, que reagiam e tinham capacidade de reflexão, que eram capazes de reagir a “acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15). As diferentes atuações de Gervasio mostram possibilidades de trabalhadores do Brasil do século XIX que se aproveitavam de *experiências* acumuladas para atuar naquela sociedade. Experiência no sentido proposto por Thompson, que possibilitam a transformação a partir do vivido. As experiências desse sujeito indicam a dinâmica de seu exercício profissional: tenente, bedel escolar, jornalista e secretário de governo. Ele teve vida profissional longa até a morte em 1878: “falleceo o chefe da segunda sessão Gervasio Victor da Natividade, empregado antigo, muito pratico e zeloso” (Parahyba do Norte, *Relatório do Presidente de Província*, 1878, p. 16).

Os perfis dos sujeitos que ocuparam o cargo de bedel do Liceu foram distintos. A seguir, discutiremos quem atuou após Natividade: Laurindo Peregrino Bandeira de Mello, que vivenciou experiências ímpares na instrução pública, sendo também professor e secretário.

Laurindo Peregrino Bandeira de Mello: bedel, professor primário e secretário (1861-1864)

Após a exoneração de Gervasio Victor da Natividade e uma breve passagem de outro sujeito pelo cargo, Laurindo Peregrino Bandeira de Mello foi nomeado bedel em 1861, função que exerceu até 1864. Os primeiros registros sobre Bandeira de Mello são de despachos do governo provincial em seu primeiro mês no cargo (*A Regeneração*, 20 abril 1861, p. 2). Em junho, seu nome aparece em um despacho ao Tesouro Provincial:

Remeto para Vmc. para os fins convenientes o incluso extracto do ponto dos empregados do lyceu desta cidade, relativo ao mez de maio proximo findo, e a folha e documentos tambem inclusos, da despeza feita n'aquelle estabelecimento durante o mesmo mez, na importancia de trinta e um mil novecentos e sessenta reis, que deverá mandar satisfazer ao respectivo bedel Laurindo Peregrino Bandeira de Mello (*A Regeneração*, 12/06/1861, p.2).

No mesmo período, o Diretor da Instrução Pública aludia à necessidade de contratação de um auxiliar: “é de absoluta necessidade um serventuario que auxilie o bedel, e se incuba do serviço externo d'esta repartição” (Parahyba do Norte, *Relatório do Diretor da Instrução Pública*, 1861, p. 11). A necessidade de criação de um cargo de ajudante de bedel foi reiterada em outros momentos. Em 1862, o diretor da instrução pública informava que a secretaria da Instrução Pública funcionava numa das salas do Liceu, onde se dava andamento às ações burocráticas da instrução, inclusive a organização de editais. E destacava o trabalho de Laurindo Peregrino Bandeira de Mello: “O bedel desempenha bem o lugar” (Parahyba do Norte, *Relatório do Diretor da Instrução Pública*, 1862, p. 9), repetindo a frase utilizada anteriormente sobre a função, como mostramos acima.

A boa relação do bedel com a administração pública pode ser vista não apenas nas menções ao desempenho como a autorização para lhe conceder gratificação, mesmo com a contratação do ajudante solicitada novamente no ano seguinte: “Se faz preciso que autorizeis-

me a empregar o bedel do Lyceo na collaboração com qualquer gratificação, e crear ajudante do mesmo bedel” (Parahyba do Norte, *Relatório do Diretor da Instrução Pública*, 1863, p. 21).

Em 1864, Bandeira de Mello aparece na composição do júri da Capital da Província, junto a uma série de homens ilustres: professores, capitães, tenentes, médicos, entre outros (*O Publicador*, 28/07/1864, p. 3). Segundo Ameno (2011), os escolhidos para jurados tinham dois perfis: pessoas com relações políticas estabelecidas com deputados e pretendentes a esta função ou populares socialmente reconhecidos. De sorte, Bandeira de Mello era apto para participar de julgamentos, sendo socialmente reconhecido como cidadão.

No mesmo ano de 1864, Bandeira de Mello seria habilitado a participar do concurso para professor de primeiras letras da Província. Ele foi aprovado no concurso, pois em setembro era exonerado do cargo de bedel e nomeado professor: “O presidente da província, por proposta do director da instrucção publica, resolve exonerar Laurindo Bandeira de Mello do lugar de bedel do lyceu desta cidade (*O Publicador*, 07/09/1864, p. 1). Na mesma edição, um despacho trazia sua nomeação como docente na Vila da Baía da Traição:

O presidente da província, em atenção ao que acaba de propor a directoria da instrucção publica, nomeia o cidadão Laurindo Peregrino Bandeira de Mello para reger interinamente a cadeira de primeiras letras da povoação da Bahia da Traição, o qual deverá solicitar da secretaria o competente titulo, ficando por esta portaria sem efeito a que nomeou para o mesmo fim o cidadão Eufrazio Fonseca Galvão (*O Publicador*, 07/09/1864, p.1).

Ele lecionou na localidade até 1866, quando realizou uma permuta com o professor de primeiras letras de Pilões (*O Publicador*, 27/08/1866, p. 01). Nesse mesmo ano, na seção *A Pedidos*, Laurindo reclamava sobre sua condição de vida e apelava para que governo provincial tivesse “compaixão” dos professores interinos:

Eis os bons fructos colhidos pelos professores interinos da instrucção primaria, que são tão perseguidos como se não tivessem provado as suas habilitações perante um rigoroso concurso. Eu, sub-carregado de uma numerosa familia, e tão pobre, acabo de ver tragada pelas ondas a minha pequena bagagem, ficando todos somente com a roupa do corpo, sem que pese ao estado ou á provincia sequer um ai de compaixão!!... Parahyba 28 de setembro de 1866. Laurindo Peregrino Bandeira de Mello (*O Publicador*, 01/10/1866, p.4).

A insatisfação de docentes de primeiras letras foi uma constante nas páginas da imprensa oitocentista. No meio do clamor quando pediu compaixão ao governo provincial, o ex-bedel deixou registros sobre sua vida pessoal e condição econômica. Informava ser casado, com vasta família para sustentar e com péssima situação financeira. A historiografia da educação paraibana discute a profissão docente, reforçando esse lugar:

Ser professor/a era, de uma maneira especial, fazer parte do universo erudito e obter, a partir dos arranjos que a profissão permitia, garantias entre os poucos que dominavam a cultura letrada, no entanto a retribuição pelo trabalho docente não estava em conformidade com a importância social da profissão que os presidentes da província anunciavam (Santos, 2020, p. 139).

Logo após a reclamação sobre “ver tragada pelas ondas a minha pequena bagagem”, Laurindo Peregrino Bandeira de Mello foi nomeado para o cargo de secretário no Colégio de Educandos Artífices. Teria a reclamação pública sobre a situação de pobreza auxiliado na mudança de função dentro do universo da instrução pública paraibana? O que sabemos é que ele trabalhou no Colégio por quatro anos, ocupando os cargos de professor primário e secretário escolar (Lima, 2008). Ele ensinou, ainda, na Vila de Jacoca (1869) e na Vila de Bom Conselho (1871), regiões próximas à capital.

Laurindo Peregrino Bandeira de Mello se estabeleceu como docente da Província. Não encontramos nas fontes disponíveis respostas para questões como os anos seguintes de sua carreira docente, se se aposentou e a data de sua morte, por exemplo. Todavia, sabemos que ele foi um homem letrado que se articulou socialmente para ocupar diferentes espaços dentro da instrução pública. Ele iniciou seus trabalhos e relações sociais como bedel e, com o passar dos anos, consolidou-se como professor de primeiras letras e docente do Colégio de Educandos Artífices.

Bandeira de Mello é ao mesmo tempo exemplar e comum, e deve ser entendido a partir das dinâmicas da sociedade em que viveu, pois “as pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão ‘sujeitos’ (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral” (THOMPSON, 1981, p. 194). No próximo tópico, apresentaremos o sujeito que sucedeu Bandeira de Mello no cargo de bedel do Liceu paraibano, que também aliou outra colocação a essa função, a de alferes.

Joaquim Pavão de Vasconcelos: bedel e alferes (1864-1881)

Joaquim Pavão de Vasconcellos iniciou suas atividades como bedel em setembro de 1864, como mostra sua nomeação: “O presidente de província tem por conveniente nomear o cidadão Joaquim Pavão de Vasconcellos para o cargo de bedel do lyceo desta cidade, cujo titulo solicitara da secretaria da presidência” (*O Publicador*, 07/09/1864, p. 01). No mesmo dia, uma portaria confirmava a autorização recebida para que ele se dedicasse ao Liceu, ao tempo que pedia dispensa da Guarda Nacional: “Joaquim Pavão de Vasconcellos, bedel do Lyceo desta cidade, pedindo dispensa do serviço de guarda nacional. Expeça-se ordem na forma requerida” (*O Publicador*, 19/03/1864, p. 01).

Antes de ser nomeado bedel, Vasconcellos trabalhava na força policial como alferes, serviço do qual pediu dispensa novamente e foi atendido, em setembro de 1865:

Informando sobre a pretensão da 1º Guarda Nacional desta capital de Joaquim Pavão de Vasconcellos, que pede a V. Ex.^a e mande dispensar do serviço de batalhão, por servir o lugar de Bedel do Lyceo desta mesma capital, cumpri-me dizer a V. Ex.^a que julgo o pedido do supplicante no caso de ser attendido, uma vez que o chefe d’aquelle declara, no fim do officio que devolvo com a petição, soffrendo do mesmo se o funcionário não obtiver a pretendida dispensa (Parahyba do Norte, *Oficio*, 1865, p.108).

Chama atenção os pedidos de dispensa em anos diferentes. Exatamente um ano após sua nomeação como bedel, ele solicitou dispensa do cargo de alferes. O que levaria um oficial a pedir dispensa das forças policiais para servir numa instituição escolar? Para desenvolver o trabalho de alferes no século XIX, era necessário ser jovem, ter a partir de 18 anos de idade e servir há pelo menos dois anos no exército em determinados postos (SILVA, 2020). A legislação determinava: “Os postos de Alferes e Segundos Tenentes serão preenchidos pelos Sargentos, pelos Cadetes que tiverem servido por algum tempo de

Officiaes Inferiores, e pelos alumnos da Escola Militar na fôrma da Lei respectiva” (Brasil, *Lei de Promoção de Oficiais*, 1850).

Na Paraíba, os alferes comandavam praças e colaboravam com a tranquilidade local com grupos de até 165 cadetes e oficiais inferiores, como apontaram os relatórios da presidência da província entre os anos de 1846 e 1889. Eram recrutados indivíduos livres pobres para os serviços militares que, ao se agregarem em fileiras militares, estavam sujeitos à organização militar (Gomes, 2019). As experiências iam desde o recrutamento, que podia ser coercitivo, até longas marchas, má alimentação e precariedade no armamento, podendo chegar ao próprio confronto armado. Entretanto, a permanência no serviço militar se constituiu em escolha visando a oportunidade de promoção social nas forças armadas, ainda que se concentrassem nas posições oficiais inferiores (Gomes, 2019).

Com o título de alferes, os indivíduos também podiam atuar em cadeias, praças, na secretaria da corporação e ainda nas repartições públicas em cargos administrativos. Joaquim Pavão de Vasconcellos teria optado pela ocupação de bedel pela instabilidade quanto a sua segurança pessoal, já que era comum nos relatórios provinciais os registros de assassinatos destes oficiais? Ou o cargo de bedel seria mais interessante em função das redes de sociabilidade que poderiam ser construídas? A explicação thompsoniana que entende experiência não apenas como “ponto de junção entre ‘estrutura’ e ‘processo’”, mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis” (Thompson, 1981, p. 183) pode ajudar a explicar as trajetórias desses bedéis:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam sobre a lei de novas maneiras [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados (Thompson, 1981, p. 200).

Deixar o exercício oficial de alferes e passar a bedel pode ter representado situação de maior tranquilidade e estabilidade. Além disso, o cargo poderia trazer visibilidade social, em decorrência do contato direto com a direção da instrução pública, direção escolar, professores e alunos oriundos da elite, público que frequentava o Liceu Paraibano.

Joaquim Pavão de Vasconcellos exerceu a função de bedel por 17 anos. Durante o período, seu nome aparece diversas vezes em documentos oficiais publicados na imprensa. São questões relativas ao cargo, e atribuições burocráticas como licenças por questões de saúde, afastamentos, entre outras. Em 1867, por exemplo, o presidente da província concedia “3 meses de licença com vencimento ao bedel do lyceo Joaquim Pavão de Vasconcellos para tratar de sua saúde fora da capital” (*O Publicador*, 02/04/1867, p. 01). Não encontramos registros sobre a doença ou a motivação para que fosse tratada fora da capital, e nem onde ele teria realizado o tratamento. Porém, outros documentos da burocracia provincial permitem contato com aspectos da vida profissional de Vasconcellos. Nos anos de 1868 e 1869 ele tirou diferentes licenças por motivos de saúde, e todas com vencimentos. Ajudantes foram providenciados, para executar as funções pertinentes ao cargo: “O presidente da provincia resolve conceder a exoneração pedida pelo ajudante de bedel do Lyceo d’essa capital o João Pereira de Oliveira Feitosa. Igual nomeando Luiz de França Barbosa para o mencionado cargo acima” (*O Publicador*, 14/04/1869, p.2).

Em 1872, Vasconcellos, ainda bedel, solicitava o ajuste de ordenado de um oficial: “o mesmo Snrº lê os pareceres da comissão sobre as petições de Joaquim Pavão de Vasconcellos, bedel do Lyceu desta capital, solicitando o aumento do ordenado de Ignácio de Souza Gouveia, 2º official aposentado na secretaria do governo” (Parahyba do Norte, ATA de 03 de agosto de 1872). Ele exerceria alguma função como oficial ou outro cargo na administração provincial? Ou essa atribuição também poderia competir ao cargo de bedel? Não encontramos registros nas fontes.

Ele seguiu trabalhando até 1881, quando foi demitido por mau comportamento, mais especificamente por embriaguez:

Foi demitido o bedel do Lyceo, em 11 de julho, Joaquim Pavão de Vasconcellos, por conveniencia do serviço público, visto como é de publica notoriedade, que por estar dominado de embreaguez habitual não podia continuar a exercer mais as respectivas funções. Semelhente demissão motivou algum reparo por parte de um órgão de opposicionista da imprensa, ao qual, respondendo como me cumpria, não mais occupou-se de semelhante assumpto (Parahyba do Norte, *Relatório do Presidente de Província*, 1881, p. 10).

Não encontramos outras reclamações sobre o comportamento de Joaquim, mas o relatório presidencial alega que a “embreaguez habitual” seria de “publica notoriedade”. A disputa política transparece na reclamação de que um jornal oposicionista teria aproveitado para “botar reparo” no assunto, mas a demissão teria silenciado as denúncias. Nos anos seguintes não encontramos referências a ele, mas em 1889 é identificado como “ex-bedel” em uma notícia sobre sua aposentadoria: “aposentado Joaquim Pavão de Vasconcellos ex-bedel do Lyceo” (*O Liberal Parahybano*, 07/04/1889, p. 03, grifo nosso). Nesse mesmo ano, ele faleceu, deixando uma viúva que deveria receber seus vencimentos:

Ao cidadão inspector do Thesouro do Estado, recommendando que faça pagar a D. Virginia Pavão de Vasconcellos viúva do bedel aposentado Lyceo, fallecido a 29 do mez proximo findo os vencimentos a que tinha elle direito de 1 a 27 do referido mez (*O Estado da Parahyba*, 29/11/1891, p. 03).

O registro apresenta o nome da sua esposa e reforça que era aposentado, além de informar a data de seu falecimento. A breve história profissional desse bedel nos mostra que, assim como Gervázio Victor da Natividade e Laurindo Peregrino Bandeira de Mello, Joaquim Pavão de Vasconcellos desenvolveu diversas funções na sociedade paraibana, se destacando pelo cargo de bedel.

Considerações finais

Na organização social do Brasil oitocentista, a seleção dos funcionários públicos se configurou como tentativa de manutenção da ordem social (Dolhnikoff, 2005). A instrução pública, enquanto esfera social, devia colaborar com os trâmites políticos, culturais e comerciais em vigor. Nessa perspectiva, inclui-se o ensino secundário. Presidentes de província, diretores da instrução pública, diretores de instituições, professores, bedéis, secretários e porteiros, tiveram funções distintas que se complementavam no sistema que organizava a educação primária e secundária. Nesse artigo, centramos nas experiências de sujeitos que atuaram como bedel, um cargo ainda pouco estudado pela historiografia da educação mas que figura como uma função importante na organização do ensino secundário.

As experiências dos bedéis foram distintas. Por isso, ressaltamos a relevância do cargo em três aspectos: primeiro, seu trabalho como disciplinador, mostrando que não houve uniformidade da ordem esperada, passividade de ser e estar como alunos em lugares sociais, mesmo que estes fossem destinados à elite, como foi o caso do Liceu. O segundo é o lugar de bedel como plataforma de visibilidade social. Por isso, possivelmente, Gervázio Victor da Natividade, tenente e jornalista, e Joaquim Pavão de Vasconcellos, alferes de carreira, optaram pelas funções bedelinas. E o nosso terceiro argumento sobre a relevância de ser bedel na Paraíba diz respeito a Laurindo Peregrino Bandeira de Mello que, a partir do cargo, se consolidou como professor de primeiras letras e do Colégio de Educandos Artífices. Nesse sentido, o conceito de experiência defendido por Thompson (1981) ajudou a compreender as relações entre a vida material, as estruturas sociais e as agências desses sujeitos no que se referia ao contato com o universo letrado e, mais especificamente, com a instrução secundária que se organizava e desenvolvia durante o século XIX na Paraíba.

Esses bedéis paraibanos não foram os únicos que atuaram na província no século XIX, mas suas trajetórias ajudam a compreender o universo de trabalhadores da instrução no período. Eles tinham em comum a aproximação com o universo letrado não apenas por atuarem dentro de uma instituição escolar mas também por exercerem funções ligadas à escrita, como a secretaria do Liceu, a produção documental para a diretoria da instrução pública e, finalmente, a docência e o jornalismo. A discussão tecida deixa vestígios para outras investigações que aprofundem as questões apresentadas, pensando em outros sujeitos, comparando o exercício bedelino em diferentes regiões, analisando sua atuação em variadas esferas sociais como repartições públicas e igrejas no século XIX, entre outras possibilidades.

Referências

A Regeneração, 12/06/1861, p.2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817481&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 10 fev. 2024

ADERALDO, Moisés Soriano. *O Liceu do meu tempo*. Revista Instituto do Ceará, Ceará, p.98-117, 1977. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1977/1977-OLiceudoMeuTempo.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

ALAGOAS, *Falla dirigida à Assembleia Provincial*, 1865. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/163#?c=0&m=51&s=0&cv=37&r=0&xywh=-13%2C1541%2C1669%2C1177>. Acesso em: 10 fev. 2023

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da *Provincia de Pernambuco*, 1860. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706345/per706345_1860_00001.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da *Provincia de Pernambuco*, 1869. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706060&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=42>. Acesso em: 08 set. 2023.

ALMANAK do Estado da Parahyba, Imprensa Oficial: Parahyba do Norte, 1899. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/820261/per820261_1899_00001.pdf. Acesso em: 07 set 2023.

AMENO, Viviane Penha Carvalho Silva. *Implementação do Júri no Brasil: debates legislativos e estudo de caso (1823-1841)*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFMG, Belo Horizonte, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. *PORTARIA*, 1865. Cx. 19.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. *PORTARIA*, 1845. Cx. 19.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. *OFÍCIO*, 1845. Cx. 19. 1865.

ANANIAS, Mauricéia; CURY, Cláudia; PINHEIRO, Antonio Carlos (Orgs.). *Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial: documentos diversos (1861-1889)* Ed. Jundiaí, 2018.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BRASIL, *Lei de Promoção de Oficiais*, 1850. Disponível em: <https://encurtador.com.br/6jjvr>. Acesso em: 7 set. 2023.

COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. MUGGE, Miquéias; COMISSOLI, Adriano. (Orgs.). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2013.

DUARTE, Abelardo. *História do Liceu Alagoano* (desde sua criação até o ano de 1960). Série Estudos Alagoanos. Caderno XI. Maceió, 1961. Disponível em: https://cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/wp-content/uploads/2018/05/historiadoliceu_alagoano.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. Ed. Globo, 2005.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche (Orgs.). *Documentos de política educacional no Ceará: Império e República*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2012.

GOMES, George Henrique de Vasconcelos. A atuação dos negros livres e libertos nos corpos militares da Parahyba no século XIX (1817-1856). ANPUH, 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais*. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565312965_ARQUIVO_CorposMilitaresNegrosnaProvinciadaParaiba-1817-1856.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIRA, Vanessa Gonçalves. “O bedel do Lyceu desempenha bem o seu lugar” - um olhar sobre os bedéis da Parahyba do Norte (1836-1889). Dissertação (Mestrado em Educação), João Pessoa: UFPB, 2022.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Colégio de Educandos e Artífices - 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte*. (1926-1976). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2008.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARANHÃO. *Relatório do Vice-Presidente de Província do Maranhão*, 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?c=0&m=65&s=0&cv=13&r=0&xywh=-9%2C837%2C2241%2C1581>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MIRANDA, Itacyara. *Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos* (1886-1923). Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2017.

O Estado da Parahyba, 29/11/1891, p.3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809160&pesq=&pagfis=1117>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Governista Parahybano (1850 a 1854). Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817473&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Liberal Parahybano, 07/04/1889, p.3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704989&pesq=&pagfis=579>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Parahybano, 12/12/1855, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758612&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Publicador, 28/07/1864, p.3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=bedel&pagfis=497>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Publicador, 16/08/1864, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=bedel&pagfis=595>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Publicador, 07/09/1864, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=bedel&pagfis=631>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Publicador, 27/08/1866, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=bedel&pagfis=3079>. Acesso em 10 mar. 2023.

O Publicador, 01/10/1866, p.4. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pagfis=3076>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O Publicador, 02/04/1867, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=bedel&pagfis=2546>. Acesso em 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, Joyce Carneiro de. Entre a guerra e as reformas: o ensino secundário cearense (1918-1930). *Dissertação* (Mestrado em Educação). Fortaleza: UFC, 2007.

PARAHYBA DO NORTE, Lei n. 11 de 24 de março de 1836. In: PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia Engler. *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília, DF: INEP/MEC, SBHE, 2004.

PARAHYBA DO NORTE. Estatuto do Lyceo, 1837. PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia Engler. *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília, DF: INEP/MEC, SBHE, 2004.

PARAHYBA DO NORTE. Lei nº 9, 29 de outubro de 1858. PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia Engler. *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília, DF: INEP/MEC, SBHE, 2004.

PARAHYBA DO NORTE. *Relatórios de 1842-1881*. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=grouping%3AProvincial%20Presidential%20Reports>. Acesso em: 9 fev. de 2023.

PERNAMBUCO. Lei n. 24 de setembro de 1825. *Diário de Pernambuco*, 22/06/1836. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_01&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=9357. Acesso em: 10 nov. 2023.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2017.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. 16ª ed., São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Vânia Mondego. *A implantação do Liceu maranhense: Liceu do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Educação), São Luís: UFMA, 2006.

SANTOS, Lays Regina Batista de Macena Martins. *Histórias da profissão docente no Brasil: “porque no ensino os professores são tudo!” Parahyba do Norte. 1835-1885*. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2020.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).

SILVA, Daniela Marques da. A lei de promoções do Exército Brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. *Revista Temáticas*, Campinas, 28, (56): 14-37, ago./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v28i56.12306>.

SILVA, Maria Gêssica Romão da; ARAÚJO, Camila Almeida de. A figura do Bedel escolar nas cartas publicadas no Jornal A Regeneração (1861). 12º ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Anais*. Fortaleza (CE), 2013. p.1157-1168.

RENNÓ, Cláudia Martins Ribeiro. *Formação de corpos dóceis e vigilância na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação). Sorocaba: UNISO, 2009.

SERGIPE, *Relatório do Presidente de Província*, 1872. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=70&s=0&cv=109&r=0&xywh=70%2C196%2C1168%2C824>. Acesso em: 19 ago. 2023.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores – a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (orgs). *Documentos de política educacional no Ceará: Império e República*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

ZANOTI, Daviane Henrique. *A trajetória do inspetor escolar e seu papel na instituição educacional*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia). Rio Claro: UNESP, 2017.